

Relatório sobre Commodities e Desenvolvimento 2023: Diversificação Inclusiva e Transição Energética

Resumo*

* O texto foi traduzido por Arthur Magro Machado. Qualquer dúvida deverá ser dirigida ao tradutor, que assume a responsabilidade pela veracidade da tradução.

Este documento é uma tradução extraoficial da publicação *Commodities and Development Report 2023: Inclusive Diversification and Energy Transition* (UNCTAD/DITC/COM/2023/2, eISBN: 978-92-1-002703-8, Sales No. E.23. II.D.9, Genebra).

Abreviações

CDDC – Países em desenvolvimento dependentes de commodities

ESG – Diretrizes ambientais, sociais e de governança

GEE – Gases do Efeito Estufa

GNL – Gás natural liquefeito

NCDDC – Países em desenvolvimento não dependentes de commodities

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PIV – Políticas industriais verdes

Resumo

Crescimento econômico inclusivo e sustentável através da diversificação

Este relatório explora maneiras pelas quais os países em desenvolvimento dependentes de commodities¹ podem diversificar sua produção e avançar nas cadeias de valor para produzir e exportar uma variedade maior de produtos – e fazê-lo de forma que seja inclusiva e proteja o clima global.

A maioria das cadeias de valor tem origem em commodities (produtos básicos), como petróleo, cobre, algodão ou trigo. Os países em desenvolvimento que dependem da exportação de commodities são muitas vezes vulneráveis – esses estão, por exemplo, expostos a flutuações nas taxas de câmbio: uma queda nos preços das commodities reduz as receitas de exportação em dólares, o que tende a diminuir a demanda pela moeda local e pressiona negativamente a taxa de câmbio. Como resultado dessas flutuações, os países em desenvolvimento dependentes de commodities (CDDCs, na sigla em inglês) frequentemente têm rendas voláteis e crescimento econômico lento. A concentração excessiva das exportações também afeta a receita pública e o potencial de investimento no desenvolvimento sustentável.

Além disso, os CDDCs são impactados por choques econômicos e políticos transmitidos pelos mercados globais de commodities – como aqueles decorrentes da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia, que se sobrepuseram à crise climática e à transição energética global. Um desafio adicional é que, para limitar o aquecimento global a 2°C acima dos níveis pré-industriais, uma proporção significativa dos recursos naturais precisará permanecer inexplorada – um terço das reservas de petróleo, metade das reservas de gás natural e mais de 80% das reservas de carvão.

Embora haja riscos para os exportadores de commodities, também há riscos para os países importadores. Muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento dependem da importação de produtos básicos, como alimentos, combustíveis e fertilizantes. De 2019 a 2021, entre os 195 Estados-membros da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), 131 foram importadores líquidos de alimentos básicos, 143 de combustíveis e 154 de fertilizantes. Em mercados globais de commodities altamente integrados, as interrupções no fornecimento em uma região têm efeitos colaterais em todo o mundo. Por exemplo, em 2022, a redução do fornecimento de gás para a Europa elevou os preços do gás natural liquefeito (GNL) globalmente – com consequências críticas para alguns países asiáticos.

Diversificação das exportações

À medida que o mundo se move para produtos mais avançados que cobram preços mais altos nos mercados internacionais, os CDDCs correm o risco de ficar para trás. Se quiserem alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em um ambiente econômico e político global cada vez mais incerto, precisarão se tornar mais resilientes – movendo-se ao longo das cadeias de valor e diversificando a produção para oferecer uma maior variedade de exportações. A diversificação não apenas assegura contra choques futuros de mercado, mas também gera crescimento econômico e impulsiona a transformação estrutural.

¹ O termo “commodities” faz referência àqueles produtos básicos, ou seja, em estado bruto (e.g., soja, trigo, petróleo, ferro), que podem ser produzidos e comercializados em larga escala. Sua precificação é determinada pela dinâmica de oferta e demanda, especialmente no âmbito internacional.

Essa diversificação pode ocorrer em setores econômicos amplamente definidos, como a extensão da agricultura para a indústria ou serviços, mas também pode acontecer dentro de setores, como quando os agricultores começam a produzir bens agrícolas não tradicionais.

A diversificação pode, portanto, ser horizontal ou vertical. A diversificação horizontal normalmente amplia o leque de produção e exportação. Enquanto a diversificação vertical pode envolver maior variedade na cadeia de valor de um setor, como o refino de petróleo bruto para produzir gasolina e/ou petroquímicos.

Abordagens em comum

Cada CDDC diversificar-se-á de acordo com as suas próprias prioridades e capacidades, mas há abordagens em comum. Os países bem-sucedidos geralmente têm, por exemplo, promovido setores prioritários, ao mesmo tempo em que tornam o ambiente econômico mais propício ao investimento, à atividade empresarial e ao comércio internacional. Também mantiveram condições macroeconômicas estáveis e competitivas e construíram marcos regulatórios que facilitaram as iniciativas do setor privado.

As condições de acesso ao mercado são também um fator-chave para o êxito da diversificação. O desafio para os CDDCs é que muitos parceiros comerciais impõem tarifas baixas para commodities, mas tarifas mais altas para bens de maior valor agregado, uma vez que esses podem competir com sua própria produção.

Um componente crítico da diversificação é o acesso a serviços de energia confiáveis, já que agregar mais valor geralmente significa consumir mais energia. Além disso, a diversificação requer uma forte base de capital humano – uma força de trabalho bem treinada que possa aproveitar oportunidades de emprego mais qualificadas.

Diversificação das importações

Ao mesmo tempo em que reduzem a dependência de algumas commodities para exportações, os países em desenvolvimento também precisam evitar a dependência excessiva das importações de um ou dois países – especialmente para alimentos. Alguns países em desenvolvimento que são importadores líquidos de alimentos poderiam aumentar sua própria produção agrícola – especialmente aqueles na África, onde, em 2020, a produtividade média da produção de cereais foi inferior à metade da média global.

Para estarem preparados para emergências, os países também precisam criar reservas públicas de alimentos, reforçando simultaneamente as redes de segurança e a proteção social. E em tempos de crise, os mercados de fertilizantes e combustíveis devem permanecer abertos – para equilibrar a oferta e a demanda de alimentos em todo o mundo e evitar picos de preços.

Assegurando a inclusão

A diversificação traz benefícios econômicos, mas se não for acompanhada de políticas de inclusão e sustentabilidade, pode ter desvantagens. A produção de produtos mais sofisticados pode ampliar as desigualdades se os trabalhadores mais qualificados capturarem a maioria das oportunidades e receberem salários mais altos. Isso poderia aumentar as disparidades dentro dos países, que inclusive foram exacerbadas por choques recentes na economia. Ao mesmo tempo, a diversificação poderia criar empregos pouco qualificados – por exemplo, quando uma empresa de processamento de alimentos introduz um novo produto no mercado e adquire insumos agrícolas de pequenos produtores.

Até o momento, há poucas pesquisas que abordam a relação entre diversificação e desigualdade, e os resultados têm sido mistos. Alguns estudos apontam que o aumento da especialização resultou em salários mais altos para os trabalhadores mais qualificados, enquanto outros indicam que a diversificação das exportações pode expandir as oportunidades de emprego para uma parcela maior da população.

A relação entre desigualdade e diversificação também pode ser em forma de “U”. Inicialmente, a diversificação das exportações pode aumentar as disparidades salariais, se aumentar a procura de mão-de-obra altamente qualificada. No longo prazo, no entanto, à medida que os benefícios se espalham por toda a economia, há mais empregos para trabalhadores pouco qualificados e a desigualdade cai novamente.

Este relatório apresenta uma análise de 182 países que mostra que a diversificação das exportações está associada a uma maior desigualdade, mas à medida que a diversificação gera oportunidades mais generalizadas na economia, a desigualdade diminui.

Esses resultados sugerem que pode ser necessário que os governos nos CDDCs considerem intervenções complementares para garantir mudanças inclusivas. Ademais, os governos também podem precisar intervir para fornecer bens públicos e aumentar o investimento em educação, saúde e capacitação técnica.

Diversificando em meio a uma emergência climática

Historicamente, o desenvolvimento econômico e a diversificação dependeram do uso intensivo de combustíveis fósseis. O mesmo acontece com os países que se diversificaram nas últimas décadas. Este relatório discute a relação entre as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e o Produto Interno Bruto (PIB) durante o período 1980-2018. Como esperado, países em desenvolvimento mais diversificados e países desenvolvidos tiveram emissões mais altas do que os CDDCs. As emissões foram mais baixas na África Subsaariana e entre os países de baixa renda. Entre os CDDCs, as maiores emissões foram de exportadores de combustíveis. Na ausência de uma transição energética, em geral, tanto para os CDDCs quanto para os países em desenvolvimento não dependentes de commodities (NCDDCs, na sigla em inglês), o aumento das emissões parece estar ocorrendo na mesma taxa que o PIB, se não mais rápido.

Os países em desenvolvimento que pretendem imitar a transição tradicional da agricultura para a indústria terão de o conseguir em circunstâncias fundamentalmente diferentes – nomeadamente uma emergência climática. Esses não podem, portanto, apostar o seu futuro nos combustíveis fósseis.

Devem reduzir as emissões de GEE provenientes da atividade econômica, tornando o crescimento menos intensivo em emissões sem comprometer o seu desenvolvimento econômico. Limitar o crescimento não é uma opção para que os países em desenvolvimento atinjam os ODS, por isso precisam minimizar as emissões de GEE e, ao mesmo tempo, aproveitar o cenário energético global em transição, reconfigurando suas estruturas econômicas e sistemas energéticos.

Uma transição justa

O Acordo de Paris pede uma “transição justa” para um mundo de baixo carbono que proporciona empregos decentes e de qualidade para toda a força de trabalho. Uma transição justa também requer a abordagem de questões preponderantes no acesso à energia.

Atualmente, o acesso à eletricidade e aos combustíveis de cozinha limpos nos países em desenvolvimento é muito desigual, particularmente na África e na região da Ásia e do Pacífico. O acesso à energia limpa também tem uma importante dimensão de gênero, uma vez que as mulheres estão mais expostas aos perigos associados a fontes de energia suja.

Para acelerar o progresso em direção ao ODS 7, os CDDCs e seus parceiros de desenvolvimento precisam garantir o acesso universal à energia acessível, confiável, sustentável e moderna. Mas isso só contribuirá para a transição energética verde se as fontes de energia forem renováveis e permitirem que os países sigam um novo caminho de desenvolvimento que evite alguns dos piores subprodutos da industrialização, como a poluição do ar e dos rios.

Durante essa transição, tanto os CDDCs quanto os países em desenvolvimento que são importadores líquidos de commodities devem atualizar suas cadeias de valor. Por exemplo, muitos CDDCs fornecem as matérias-primas necessárias para a produção de tecnologias empregadas na geração de energia limpa – incluindo minerais críticos para a transição energética, como cobalto, lítio e cobre. Assim, esses países devem evitar ficar presos na entrada das cadeias de valor, como tem sido frequentemente o caso, avançando para segmentos mais altos dessas cadeias.

Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento que são importadores líquidos de commodities podem diversificar suas fontes de importação de produtos básicos, como alimentos, combustíveis e fertilizantes – ao mesmo tempo em que aumentam sua própria produção, particularmente de alimentos e energia renovável, quando economicamente viável. Para tal, necessitarão do pleno apoio dos parceiros de desenvolvimento, nomeadamente para a transferência de tecnologia, bem como para o reforço das redes de segurança social e da preparação para situações de emergência.

Transição para uma energia mais limpa

Os esforços para uma transição energética dependerão do ponto de partida de um país, incluindo sua capacidade de investimento e capacidade técnica existentes. Enquanto os países tecnologicamente avançados podem ter os recursos e as capacidades para introduzir tecnologias renováveis, os países de baixa renda podem priorizar o acesso à energia ou tecnologias de cozinha limpas, enquanto constroem capacidade para o desenvolvimento de energia renovável, como indústrias eólicas ou solares. Enquanto isso, os CDDCs exportadores de combustível podem inicialmente mudar do petróleo e do carvão para o gás natural, enquanto avançam para fontes de energia mais verdes.

À medida que a diversificação e o crescimento econômico impulsionam a renda, os países têm mais recursos para investir na proteção ambiental. Os defensores da industrialização verde argumentam que os países podem minimizar as emissões de carbono mudando os padrões de produção e consumo, usando os recursos naturais de forma mais eficiente e minimizando a poluição e os danos ambientais. Isso exige cortes no uso de combustíveis fósseis e grandes investimentos em energia eficiente e verde. Além das fontes solares, muitos CDDCs têm um potencial considerável para energia hidrelétrica e eólica e para a produção e exportação de hidrogênio verde. Ao mesmo tempo, os países precisam proteger os trabalhadores e as comunidades cujos meios de subsistência dependem de indústrias baseadas em combustíveis fósseis.

Se uma transição para uma economia mais verde aumentar o emprego e o bem-estar social, é provável que seja mais aceitável política e socialmente e, portanto, ofereça um caminho pragmático para uma economia de baixa emissão de GEE.

A transição energética pode, além disso, oferecer o impulso necessário para os países enfrentarem as disparidades sociais e econômicas. A eletrificação das escolas, por exemplo, permite que elas usem equipamentos de Tecnologia da Informação (TI) e adotem currículos e materiais didáticos mais avançados que permitam que as famílias de baixa renda adquiram mais habilidades. As famílias ainda beneficiariam do acesso à energia e de tecnologias de cozinha mais limpas, por exemplo, permitindo que mais mulheres participem da força de trabalho.

Como desafio global, a crise climática exige uma resposta coletiva. Tendo em conta os obstáculos que os CDDCs enfrentam no seu caminho para um futuro com energias mais limpas, esses necessitarão do apoio dos parceiros de desenvolvimento. Tal pode incluir apoio financeiro e de capacitação, juntamente com transferências de conhecimento que permitam a adoção de novas tecnologias de energia limpa.

Alcançando o equilíbrio nas políticas públicas

A experiência será diferente de um país para outro e entre os tipos de commodities dos quais os países dependem. As economias dependentes de combustíveis fósseis, por exemplo, podem ter mais recursos do que as economias dependentes da agricultura para investir na transformação econômica. A capacidade de transformação também dependerá do nível atual de emissões, da elasticidade das emissões às mudanças na produção e das capacidades produtivas existentes.

Para os CDDCs de baixa renda, concentrar-se exclusivamente na redução das emissões pode, portanto, restringir seu desenvolvimento sem benefícios significativos sobre o corte de emissões. E uma vez que o acesso à energia é fundamental para o bem-estar humano, para esses países, pode ser mais realista concentrar-se na construção de capacidades básicas e na garantia do acesso à energia utilizando todas as fontes disponíveis. Esses países devem, portanto, ter consideração prioritária na alocação do orçamento de carbono atual.

Para que os CDDCs cumpram suas metas de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, diminuam as emissões, eles precisarão encontrar equilíbrio entre fontes tradicionais de energia e alternativas mais verdes, como a solar e a eólica. Com o tempo, a demanda por produtos verdes aumentará, enquanto a por produtos tradicionais à base de carbono diminuirá. E durante esse período, os CDDCs não devem ser apenas compradores de sistemas de energia verde, mas participantes ativos como produtores e inovadores de tecnologias verdes.

Economias mais verdes à frente

Para alcançar o crescimento econômico sustentável e melhorar o desenvolvimento humano, os CDDCs devem remodelar suas estruturas econômicas para se tornarem mais diversos, resilientes e preparados para um futuro de energia mais limpa. Eles precisam adaptar suas capacidades produtivas diante da evolução dos sistemas de energia e de transporte. Devem ter como objetivo desenvolver capacidades produtivas que promovam o aumento da produtividade e da prosperidade, ao mesmo tempo que fazem a transição para uma economia verde. Eles devem adotar políticas que priorizem a inclusão, criando oportunidades de emprego e minimizando as potenciais desigualdades que possam surgir desse processo. As políticas industriais verdes (PIVs) são cruciais para impulsionar essa transformação.

Uma PIV bem planejada para CDDCs irá:

- **Ser multissetorial** – A política industrial deve se estender além da manufatura para todos os setores da economia, incluindo agricultura, mineração e serviços, com foco especial na redução da dependência dos CDDCs das commodities tradicionais.

- **Ter objetivos sociais** – A política industrial também deve ser orientada por objetivos sociais, incluindo os objetivos climáticos, de saúde, de redução da pobreza e da desigualdade e de criação de empregos decentes fora do setor de commodities.
- **Colaborar com o setor privado** – Em vez da tradicional formulação de políticas de “cima para baixo,” a política industrial deve ser uma colaboração sustentada entre os setores público e privado para criar o ambiente institucional apropriado para a diversificação fora do setor de commodities.
- **Orientar a mudança tecnológica** – A política industrial deve orientar a mudança tecnológica para setores não tradicionais de commodities que promovam atividades produtivas que ajudem no combate à pobreza, na defesa ao meio ambiente e reduzam o desemprego.

Os CDDCs em transição por caminhos de baixas emissões têm a oportunidade de começar agora no início da revolução tecnológica verde. Se atrasarem, poderão encontrar-se firmemente presos à infraestrutura e tecnologias mais antigas, caso em que os custos de tornar as suas economias mais ecológicas se tornarão mais elevados.

Também vale ressaltar que, em vez de serem apenas consumidores de energia verde e dependerem de importações de tecnologia, os CDDCs devem se esforçar para participar do desenvolvimento de novas tecnologias e capacidades produtivas e estabelecer vantagens comparativas dinâmicas em produtos e tecnologias verdes.

Princípios na prática

Em vez de copiar modelos de outros lugares, os CDDCs devem identificar políticas pragmáticas adequadas aos seus níveis de desenvolvimento e capacidades produtivas. Essas são diferentes de uma economia para outra, mas poderão ser guiados por princípios comuns.

Desenvolvimento de capacidades fundamentais – A maioria dos CDDCs precisará “saltar” de um conjunto limitado de capacidades produtivas para uma produção tecnologicamente mais avançada. Para ter sucesso, os CDDCs precisarão de “capacidades fundamentais” que lhes permitam aprender essas novas soluções técnicas e aplicá-las de maneiras inovadoras. Assim, os Estados devem apoiar a pesquisa e o desenvolvimento para construir e acumular capacidades de produção.

Garantia do apoio político e público – Uma PIV bem-sucedida precisa identificar os efeitos distributivos de mudanças estruturais e gerenciar potenciais conflitos, uma vez que as reformas podem ter custos de curto prazo para segmentos da população. Além disso, o sucesso em tais transformações estruturais leva anos, ou mesmo décadas, após o início das reformas, por isso elas precisarão de apoio consistente da população e de sucessivos governos.

Criação de empregos – Os CDDCs normalmente têm oportunidades de emprego de qualificação elevada relativamente limitadas, portanto, a criação de tais empregos deve ser uma prioridade para a PIV, particularmente para os trabalhadores do setor informal. Tal poderá incluir iniciativas como a formação e o apoio ao empreendedorismo e às pequenas empresas, a criação de programas de obras públicas que possam desenvolver habilidades e o investimento em tecnologias verdes e projetos de infraestruturas relacionados que sejam intensivos em mão-de-obra.

Promoção da coesão social e de uma transição justa – Ainda em sua formulação, garantir que a PIV responda por todos os segmentos da sociedade e inclua grupos marginalizados e sub-representados para abordar e prevenir o aumento das disparidades existentes. Tal deve incluir medidas dirigidas àqueles que são vulneráveis à transição energética.

Garantia da igualdade de gênero – A igualdade de gênero deve ser um componente integrante da formulação de PIVs, incluindo medidas que abordem especificamente os obstáculos estruturais enfrentados pelas mulheres no acesso ao mercado de trabalho, tais como a melhoria dos serviços de cuidado infantil, o aumento do acesso à educação e à formação, a promoção da igualdade salarial e a garantia da igualdade de oportunidades de progressão na carreira.

Identificação de setores e cadeias de valor prioritários

As PIVs devem identificar os setores prioritários para a diversificação econômica que ofereçam as maiores oportunidades e os menores riscos. Isso requer uma compreensão das capacidades produtivas atuais de um país e das oportunidades setoriais. Certos setores podem oferecer oportunidades de exportação significativas para os CDDCs devido ao seu potencial de atualização, altos valores unitários e condições de mercado favoráveis. O tipo de dependência de commodities (agricultura, combustíveis, minerais), o nível de renda e o potencial de exportações e de reposição de importações desses setores desempenham um papel na viabilidade de estratégias de diversificação. Os CDDCs também podem capturar mais valor nas cadeias de valor existentes. Assim, os formuladores de políticas precisam considerar esses fatores ao identificar potenciais novos setores para a diversificação econômica.

Busca por pontos de entrada

Os pontos de entrada para a diversificação dependerão do produto básico a ser exportado.

Combustíveis fósseis – Uma opção é transferir renda durante os períodos de expansão para uma carteira diversificada de ativos por meio de fundos soberanos baseados em commodities. No entanto, os fundos soberanos só são eficazes e sustentáveis se permanecerem transparentes, com uma governança sólida e regras robustas de entrada/saída.

Minerais – Para metais importantes de tecnologia limpa, como cobalto e lítio, a mineração deve estar ligada a cadeias de valor domésticas ou regionais. O recente acordo entre a República Democrática do Congo e a Zâmbia para fabricar conjuntamente precursores de baterias de carros elétricos é um exemplo do que os CDDCs poderiam considerar fazer. Ao mesmo tempo em que desenvolvem capacidades para a diversificação, os CDDCs exportadores de minerais devem promover diretrizes ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) e garantir a distribuição equitativa dos ganhos, bem como construir instituições fortes que governem o setor de commodities.

Agricultura – Apesar dos desafios relacionados, os CDDCs que dependem da agricultura podem processar alimentos localmente, encurtando as cadeias de suprimentos. Para isso, firmas podem precisar de acesso a capital amplo e barato para competir. Ademais, todos os países também devem procurar mover-se em direção a uma agricultura mais inteligente – aumentando a eficiência e a produtividade das culturas enquanto reduzem as emissões de GEE.

Integração regional

A coordenação de políticas de diversificação regionais pode ser vantajosa, dadas as pequenas dimensões dos mercados de CDDCs individuais e as variações no potencial de exportação entre os países. Ao priorizar os esforços de diversificação em diferentes setores, os CDDCs podem expandir suas oportunidades de conexão com novas cadeias de suprimentos e se posicionar nos mercados globais. Políticas eficazes, apoio institucional e cooperação regional são cruciais para criar um ambiente de apoio que permita a diversificação econômica sustentável e inclusiva. Alavancar o comércio regional, particularmente na África, onde o comércio intra-regional é baixo, apresenta oportunidades para a diversificação das exportações dos CDDCs. Por exemplo, ao utilizar acordos comerciais e parcerias regionais, os países africanos podem aproveitar a crescente demanda por produtos processados dentro do continente, reduzindo a dependência

de commodities tradicionais. Além disso, o fomento de cadeias de valor regionais por meio de parcerias permite que os CDDCs colaborem e se beneficiem dos pontos fortes e recursos uns dos outros, aumentando o poder de negociação coletiva e o acesso ao mercado. Tais parcerias requerem planejamento e gestão cuidadosos, bem como estruturas institucionais sólidas e mecanismos de governança.

Apoio internacional

As PIVs, na maioria dos CDDCs, não terão sucesso sem o apoio da comunidade internacional. Os CDDCs e seus parceiros de desenvolvimento devem unir forças para:

Estabilizar os mercados de commodities – Introduzir regras para limitar a especulação e implementar mecanismos anticíclicos de financiamento que mitiguem choques de preços. Para ajudar a criar espaço para a política industrial, a comunidade internacional também poderia considerar o restabelecimento de fundos de estabilização para limitar a volatilidade das receitas de exportação dos CDDCs.

Combater a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos – No contexto das diretrizes ESGs, as medidas poderiam incluir uma maior colaboração internacional para reduzir a omissão e a evasão fiscais, ao mesmo tempo em que direcionam o sistema financeiro global para investimentos mais produtivos.

Promover a transferência de tecnologia – Para que os CDDCs façam uma transição bem-sucedida para caminhos de desenvolvimento sustentável, eles precisarão de melhor acesso a novas tecnologias e serem capazes de adaptá-las aos contextos locais. Deve haver um marco internacional nos moldes do Mecanismo Tecnológico criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para assegurar a transferência de tecnologia verde para os CDDCs.

Utilizar medidas mais fortes no comércio e investimento – Os CDDC podem estimular transições com investimentos específicos em infraestruturas e pesquisa e desenvolvimento, e aqueles países elegíveis podem tirar vantagem do tratamento especial e diferenciado previsto nas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Apoiar a transição energética e mitigar as consequências de recursos paralisados – É errôneo esperar que os CDDCs voluntariamente não usem seus recursos de combustíveis fósseis sem um caminho de desenvolvimento alternativo apoiado pela comunidade internacional. Assim, instituições financeiras internacionais, grandes empresas multinacionais, governos doadores e agências de assistência poderiam facilitar essa transição.

Ser apoiado por financiamento internacional – Para implementar contribuições nacionalmente determinadas, muitos países precisarão de apoio internacional. Uma avaliação regular dos progressos e dos desafios poderia orientar a política industrial e proporcionar oportunidades de aprendizagem mútua nos CDDC.

Rumo a um mundo mais verde

Até recentemente, acreditava-se que os benefícios da política industrial e da diversificação econômica nos CDDCs eram acumulados principalmente por esses países, oferecendo pouco incentivo para que outras economias apoiassem essa transição. As mudanças climáticas mudaram esse cálculo: a comunidade global pode se beneficiar se os CDDCs conseguirem fazer a transição ao longo de caminhos de desenvolvimento de baixo carbono. O único caminho para um mundo mais verde é através do apoio mútuo e da cooperação.

Este relatório está estruturado da seguinte forma:

Capítulo 1 – A situação dos países em desenvolvimento dependentes de commodities: Resume o status da dependência de commodities, indicando os principais desafios.

Capítulo 2 – Força na diversificação: Os países em desenvolvimento dependentes de commodities precisarão se tornar mais resilientes – avançando sobre as cadeias de valor e oferecendo uma maior variedade de exportações.

Capítulo 3 – Garantia à inclusão: Produzir produtos mais sofisticados pode aumentar as desigualdades. Ao moverem-se ao longo das cadeias de valor, os países precisam garantir que os benefícios sejam amplamente compartilhados.

Capítulo 4 – Diversificar à forma tradicional terá alto custo ambiental: Os CDDCs que buscam a “diversificação” precisam equilibrar cuidadosamente antigas e novas fontes de energia para atender às necessidades das gerações atuais e futuras.

Capítulo 5 – Economias mais verdes à frente: Neste capítulo considera possíveis direções futuras e defende “políticas industriais verdes”.